

Americanos vêm Brasil na contramão

JOSÉ MEIRELLES PASSOS
Correspondente

INGRESSO DE CAPITAL ESTRANGEIRO NO PAÍS

MODALIDADES	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Ingresso liq.*	1447,9	1792,9	1226,9	409,2	377,7	223,3	108	488
Reinvestimento	411,2	741,4	1555,9	694,8	472,1	542,8	ND	ND
Conversão	39,3	1,8	143,2	452,0	745,6	581,2	ND	ND
TOTAL	1898,4	2536,1	2926,0	1556,0	1595,4	1346,3	ND	ND

* Investimento direto, menos repatriações.
FONTE: Banco Central

WASHINGTON — Os investimentos americanos no Brasil, que já vêm caindo nos últimos dois anos, poderão ser ainda menores com a decisão da Constituinte de proibir a participação de companhias estrangeiras na mineração e na exploração de petróleo. A Câmara de Comércio dos Estados Unidos demonstra que os investimentos de empresas dos Estados Unidos no Brasil caiu de US\$ 8,1 bilhões em 1985 para US\$ 7,9 bilhões no ano passado.

Surpreendida pela notícia de que a Assembléia Constituinte proibiu a participação de empresas estrangeiras na mineração e na exploração de petróleo, essa agência do Governo americano crê que, na verdade, o País perderá mais do que os investidores.

— Os parlamentares enviaram ao mundo uma mensagem errada, justamente no momento em que muita gente fazia planos de investir no Brasil — disse ao GLOBO um dos Diretores Executivos da Câmara Americana de Comércio, Keith Miceli. — É óbvio que cada nação tem o direito de fazer o que quiser, mas a questão é saber quem, no final das contas, sairá perdendo com uma medida como essa. Eu estaria mais preocupado pelo Brasil, nesse caso. Os investidores privados, afinal, é que são os mais indicados para impulsionar o crescimento econômico de um país.

Miceli avalia que as muitas companhias estabelecidas há 40 ou 50 anos no Brasil não terão nada a fa-

zer a não ser acatar as restrições e, então, sair do País.

— Curioso é que isso tudo acontece no momento em que países não ocidentais, inclusive a China, estão justamente fazendo uma abertura de seu mercado para o capital estrangeiro — disse Keith Miceli.

Além da Câmara de Comércio, várias empresas americanas de consultoria financeira vêm sendo procuradas, nos últimos dias, por empresários que tinham planos de investir no Brasil e se assustaram com as recentes restrições. O temor generalizado é de que outros setores da economia nacional venham a ser fechados ao capital estrangeiro.

— Chegamos a um ponto em que há apenas duas saídas, se analisarmos a situação de maneira prática. Esse artigo a ser inserido na Constituição vai desestimular os investimentos no Brasil, ou então, por ser tão irrealista, vai acabar inviabilizando a própria Constituição — comentou um calejeiro profissional que há anos canaliza investimentos ame-

ricanos para o Brasil.

Por questões profissionais — “e, de certa forma, políticas”, acrescenta — ele pede para não ser identificado, alegando que não pode se expor, em nome de algumas multinacionais que têm feito aplicações através dele.

— Ao tomar conhecimento de que se decidira proibir a participação de capital estrangeiro no setor da mineração e do petróleo, a primeira coisa que veio à minha mente é que alguém resolveu criar uma dificuldade para, depois, vender facilidades. Penso que alguém vai arrumar, como vocês dizem, um “jeitinho” de burlar essa medida. E isso, no fundo, acabará manchando a dignidade da nova Constituição — disse ele.

Um segundo consultor financeiro, com vários negócios em marcha no Brasil, concorda com essa avaliação. Ele acredita que há possibilidade de se criarem maneiras, ou subterfúgios, para burlar as restrições recém-criadas pela Assembléia Constituinte. Segundo ele, alguns

investidores americanos já estariam estudando operações para investir na mineração no Brasil, mas dando a impressão de que a companhia é majoritariamente de capital brasileiro.

— Já andam planejando uns trambuges para enfrentar a nova situação. Quer dizer, para se criar uma fachada, dando a impressão de que a maior parte do investimento será brasileiro. Isso, no fundo, não é difícil. Há muitas maneiras de se fazer tal coisa. Você pode ter, por exemplo, de 10% a 20% de participação num grupo, e o resto do capital aparecer todo picadinho, nas mãos de vários investidores nacionais. Só que, na verdade, esse dinheiro também seria estrangeiro — comentou o consultor.

Procurado nos últimos dias por investidores que buscavam informações de bastidores do mundo político-financeiro do Brasil, ele disse que a impressão generalizada era de que a Assembléia Constituinte baixou uma lei impossível de ser cumprida.

Para britânicos, decisão veio na pior hora

MILTON COELHO DA GRAÇA
Correspondente

LONDRES — Para os bancos e investidores britânicos, as decisões da Constituinte sobre a exploração de minérios e a definição de empresa nacional não poderiam ter vindo em hora pior. Há um sentimento generalizado de que está havendo uma guilinda em relação ao tratamento dado ao capital estrangeiro desde o Governo Castelo Branco, e de que isso terá efeitos sobre a questão da dívida externa e o desenvolvimento do Brasil.

— Estamos ainda estudando o texto aprovado e ainda não temos todas as informações para um julgamento da situação. Mas, pelo que sabemos, o voto da Assembléia Constituinte parece ser muito negativo em relação ao capital estrangeiro — disse ontem John Mitchell, da BP Minerals, uma subsidiária da BP Petroleum, que opera no Brasil através da BP Mineração.

Na RTZ, a maior empresa britânica na área de minérios, que tem 51% da Rio Paracatu Mineração, a atitude é de “esperar e ver como vão ficar as coisas realmente”, segundo seu porta-voz, John Skinner. A empresa ainda não tem clareza sobre como a nova legislação afetará as operações já existentes ou que estrutura legal as mineradoras deverão ter. Mas o clima predominante é igual ao da BP Minerals.

Mitchell disse que o Brasil não é importante como poderia ser na mineração, que representa apenas

entre 1,5% e 2% da renda nacional. Ele afirma que o País poderia ter uma situação semelhante à da Austrália no mercado internacional, mas para isso, precisaria ter um programa de exploração a longo prazo. Ferro, estanho, níquel, cobre e cromo foram citados como alguns dos metais cuja produção e exportação poderiam ser aumentadas.

— Alguém tem de assumir os riscos de um programa desse tipo e creio que os recursos e a experiência das empresas internacionais podem ter esse papel. Não é demais supor que o Brasil poderia dobrar ou triplicar sua receita de exportação de minérios dentro de um certo período de tempo. E só ver o que aconteceu no Canadá e na Austrália, por exemplo.

Mitchell disse que, se realmente for adotada uma atitude hostil ao capital externo, o Brasil certamente sofrerá dois tipos de consequências. De um lado, o atual ritmo de produção poderá ser reduzido. E, de outro, os investidores internacionais estarão recebendo um sinal de que o País abandonou a política de portas abertas aos investimentos externos, que vem sendo praticada desde 1964.

Este segundo ponto é também o que mais preocupa os bancos. Nenhum dos grandes credores quis comentar o assunto, que “ainda não se tornou um fato consumado”, segundo disse um de seus porta-vozes. Mas vários analistas garantem que as decisões da Constituinte causaram “surpresa” e “desapontamento”.

Mineração ainda divide estrangeiros

MONICA MAGNAVITA

Os grupos estrangeiros de mineração no País ainda não chegaram a um acordo sobre o impacto da nacionalização do subsolo brasileiro, aprovada na Constituinte neste primeiro turno. Os dois maiores grupos estrangeiros no País, a Anglo American (AA) e a British Petroleum (BP), tiveram reações praticamente opostas com relação ao assunto. Enquanto o Presidente para a América do Sul da AA, Mário Ferreira, foi categórico — nada mudou —, o Vice-Presidente da BP, Cláudio Galeazzi, admite a possibilidade de a empresa reduzir seus investimentos no País, ou até mesmo desistir das suas atividades no Brasil.

— Atuamos em 70 países, disse Galeazzi, e vamos procurar os locais onde somos bem-vindos. Se a Constituinte nos limitar ou impedir a nossa participação, teremos que fazer nossas escolhas dentro das opções existentes. Vamos nos adaptar às leis.

Para a BP e Brascan, que criaram em associação a Cesbra, Companhia Estanífera Brasileira, a decisão sobre nacionalização do subsolo brasileiro, em função da retração dos investimentos, vai aumentar a defasagem tecnológica. Na esteira disso, os custos para pesquisa e exploração dos minerais serão maiores, e os produtos brasileiros no exterior, que utilizam os metais como matéria-prima, terão menor competitividade.

O Presidente da Brascan acha que apesar da redução dos investimentos em pesquisa, as empresas estrangeiras vão acabar mesmo se adaptando à legislação. Ou seja, partirão à procura de sócios. O problema, a seu ver, é que diante da escassez de recursos do setor privado nacional, a decisão da Constituinte, em última análise, contribuirá para a estatização do setor. A principal válvula de escape, segundo Andrade, será a Companhia Vale do Rio Doce. Outra poderá ser o capital privado nacional de outros setores.

— Isso já ocorre hoje em dia e a tendência será aumentar, disse Andrade, que também é diretor da Brascan Limited, no Canadá.

Cláudio Galeazzi não endossa esta



Mário Ferreira afirma que, na prática, nada mudou com a Constituinte



Andrade: desinformação prejudica

OS MAIORES GRUPOS

NOME	PAÍS	% NA PRODUÇÃO MINERAL BRASILEIRA
CVRD	Brasil	13,35
Parapananema	Brasil	8,92
Votorantim	Brasil	5,35
Antunes/Caemi	Brasil	3,87
Anglo American/Bozzano/Associados	África do Sul	3,49
Consórcio Mineração Rio do Norte	Mônaco	3,03
Arbed	Luxemburgo	2,29
Cons. Thyssen, Estel-Hoeschel Krupp	Alemanha Ocidental	1,92
BNDES	Brasil	1,77

FONTE: Brasil Mineral

opinião. Ele acha pouco provável que os grupos estrangeiros partam para associações com o empresariado nacional privado e estatal por uma razão simples: “Não há recursos”, afirma. “As estatais estão numa situação dramática e os poucos grandes grupos privados nacionais esgotaram suas possibilidades de investimentos em novas empresas”.

Mário Ferreira, chairman da Anglo American, por sua vez, discorda de Galeazzi. A política da empresa daqui para frente, segundo ele, será

a de manter as joint-ventures e criar outras com grupos nacionais. “A Anglo American, afirmou, vai examinar caso a caso o retorno de novos investimentos”.

— Foi sempre nossa orientação trabalhar associados a empresas brasileiras e, em alguns casos, em posição minoritária, disse.

Ao contrário da BP, que vai analisar as opções para investimentos em outros países e escolher os melhores, a política da AA será a de manter os investimentos no Brasil sem depen-

dência de outras aplicações feitas nos demais países. Já Galeazzi pondera que há países com potencial geológico semelhante ao brasileiro e com legislação bem mais flexível, que poderiam se tornar ainda mais atraentes em função das restrições da Constituinte.

— Hoje, para fazermos aqui um levantamento aerogeofísico-eletromagnético é preciso contratar um avião canadense, que cobra US\$ 500 mil (CZ\$ 71,25 milhões) para isso. Conclusão: as empresas, inclusive a Vale do Rio Doce, fazem um pool para trazer o avião. Imagine sem a tecnologia estrangeira.

Dois pontos esses empresários têm em comum: a cautela em abordar o assunto e a perplexidade com relação aos resultados. Até mesmo sobre o lobby para o segundo turno de votações, em que muita coisa poderá ser modificada, eles divergem. Mário Ferreira, da AA, enfatiza que não é político e não se envolverá nesta questão. Galeazzi e o Presidente da Brascan, Roberto Andrade, defendem uma rede de informações sistêmicas aos Constituintes sobre a atuação dos grupos estrangeiros no Brasil. Eles acreditam que a nacionalização da mineração foi obtida muito mais por desinformação do que por qualquer outra coisa.

Defasagem tecnológica traz apreensão

SÃO PAULO — Afetados imediatamente pelas decisões da Constituinte em relação à ordem econômica e à participação do capital externo na economia nacional, empresários e empresas estrangeiras atuantes no Brasil criticam o que alguns deles chegam a classificar de xenofobia. Eles se dizem receosos quanto ao futuro das decisões de suas matrizes no que se refere a novos investimentos no País e desconfiam do nível tecnológico que o Brasil poderá alcançar sem a cooperação da tecnologia estrangeira. Mas o temor não é somente das multinacionais e a elas se juntam empresas brasileiras, capitaneadas por empresários brasileiros que prefeririam atitudes menos severas por parte dos constituintes.

Para o empresário Walid Yazigi, Presidente da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, as restrições impostas às empresas estrangeiras podem ser consideradas uma séria barreira ao desenvolvimento do País.

— Os árabes do Golfo Pérsico dispõem de capital, tecnologia e equipamentos para atuar na área de prospecção de petróleo, por exemplo, mas o Brasil prefere proibir a assinatura de novos contratos de risco — comenta Walid. Ele admite, porém, que o capital árabe investido no Brasil é inexpressivo e justifica com o seguinte argumento:

— Os empresários árabes não conseguem entender que tipo de atividade lícita pode permitir retorno de investimento em uma economia com inflação de mais de 500% ao ano, pois lá a inflação chega a ser negati-

va em diversos países.

Para o Presidente da Câmara, a inflação elevada e a presença do Estado na economia, inclusive controlando o câmbio de moedas, inibe investimentos estrangeiros.

Na opinião de James Nisbet, Presidente da Monsanto, multinacional americana que atua nos setores agrícola, químico, farmacêutico e de fosfatos alimentícios, os grupos estrangeiros instalados no Brasil terão dificuldade para obter novos recursos para investir diante das restrições aprovadas na Constituinte. Isto porque as decisões sobre aporte de capital são tomadas pelos acionistas ou diretoria das matrizes no exterior, e essas decisões serão influenciadas negativamente pelas novas leis que dão preferência às empresas nacionais.

Dessa forma, afirma Nisbet, o campo de atuação para empresas como a Monsanto, que atua há 25 anos no Brasil, ficará mais restrito. A Monsanto comercializa defensivos agrícolas, produtos químicos e medicamentos e atua junto com outras empresas em joint-ventures na área de estireno, através da Companhia Brasileira de Estireno (CBE), e de ácido fosfórico, através da Fosfobrasil SA.

Para o Presidente da empresa alemã Siemens, Hermann H. Wever, a votação do capítulo da ordem econômica não chega a criar nenhum clima de pânico entre as multinacionais, principalmente entre as que estão há vários anos operando no País.

INVESTIMENTOS EM MINERAÇÃO

GRUPOS	ALVARÁS (quantidade)	ÁREA (hectare)	INVESTIMENTOS EM 1987	US\$ milhões	US\$/hectare
CVRD	1.785	7.170.265	14,5	2,0	
BP/Cesbra	2.098	5.255.851	17,0	3,4	
CPRM	1.109	3.612.749	3,6	1,0	
Anglo American	741	2.152.841	4,0	2,0	

FONTE: Departamento Nacional de Produção Mineral

Verticalização, uma questão polêmica

No primeiro turno da Constituinte, o acordo das empresas de mineração com o Centrão era de que a restrição ao capital estrangeiro seria apenas nas áreas de fronteira, terras indígenas e na exploração de mineral estratégico. Agora, eles aguardam alguma alteração quanto à obrigatoriedade da verticalização dos grupos estrangeiros.

Ou seja, a determinação de que uma companhia estrangeira permaneça no País desde que pesquise, explore, beneficie e industrialize o bem mineral. O objetivo é evitar que as multinacionais exportem matéria-prima para as matrizes que voltarão para o País como produto industrializado.

Todos torceram o nariz para esta questão. O Presidente da Anglo American, enfatizando que a empresa não exporta minério bruto, argumentou que para muitos países, como o Japão, que necessita da matéria-prima para seu parque industrial, a exportação do produto industrializado brasileiro fica inviável. — Se a Europa, grande importadora de minerais, levantaria uma série de barreiras para comprar produtos industrializados brasileiros.

— Paramos no tempo, avalia Roberto Andrade. Isso poderia ocorrer há 50 anos. Hoje em dia ninguém tem interesse em exportar minério bruto porque é menos oneroso beneficiá-lo. A Cesbra exporta lingotes de estanho-química.

A BP beneficia seu minério no

exterior, porque segundo Cláudio Galeazzi, só uma grande quantidade do produto justificaria a construção de uma refinaria no País. No ano passado, a empresa exportou US\$ 6 milhões (CZ\$ 855 milhões) em cobre e ouro.

Segundo ele, a verticalização demandaria investimentos elevados, porque o Brasil, afirma, tem deficiência em metais básicos (cobre, chumbo, níquel e zinco) indispensáveis no processo industrial.

Quanto ao acordo sobre reserva de mercado para minerais estratégicos, Galeazzi se diz favorável. Mesmo porque não há consenso sobre quais são estes minerais. O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) não tem uma lista sobre os estratégicos, mas atualmente apenas o urânio e petróleo são monopólios do Estado.

Os grupos estrangeiros não foram objetivos neste aspecto, mas pode-se concluir que a expectativa era de que a reserva de mercado ficasse restrita a estes dois.

— Atualmente, disse Cláudio Galeazzi, o estratégico é a tecnologia.

Para o DNPM, estratégias são as matérias-primas ligadas à segurança nacional, conceito herdado da Segunda Guerra Mundial. Apesar das divergências quanto à definição, hoje são os metais novos — nióbio (usado em reatores nucleares), titânio, zircônio, tantalita —, usados na tecnologia de ponta, que estão sendo vistos como estratégicos.

RESERVAS E PRODUÇÃO DE MINERAIS

SUBSTÂNCIA	(em 1000 toneladas)			
	RESERVAS		PRODUÇÃO	
	BRASIL PARTICIPAÇÃO NO MUNDO	%	BRASIL PARTICIPAÇÃO NO MUNDO	%
Alumínio	2.511.000	10,8	6.544	8,3
Barrita	135.000	23,1	103	2,3
Carvão	31.000.000	0,2	7.000	0,2
Chumbo (1)	349	0,2	13	0,4
Cobre	11.000	2,0	40	0,5
Cromo (2)	3.530	0,1	136	3,1
Enxofre	4.900	0,2	270	0,5
Estanho (1)	224	5,8	172	15,3
Ferro	17.600.000	8,4	128.800	15,0
Fluorita	6.000	2,0	82	1,4
Grafita	25.270	16,8	34	5,3
Manganês	145.215	1,3	2.400	10,2
Nióbio (1)	5.900	92,1	17	87,8
Níquel (1)	5.425	5,3	21,4	3,0
Prata (1)	0,152	0,0	0,064	0,5
Ouro (3)	807	1,7	24,1	1,5
Quartzo	47.700	ND	151	ND
Titânio:				
Ilmenita	2.040	0,5	83	0,2
Rutilo	75	1,6	0,5	0,0
Tungstênio (1)	6	0,2	0,875	2,2
Zinco (1)	3.056	1,0	158	2,3
Zircônio	1.028	2,7	13	1,8

1 — Dados em metal contido 2 — Dados em Cr2O3
3 — Unidade expressa em toneladas. Dados em metal contido
FONTE: Sumário Mineral

Apesar do potencial, os investimentos são poucos

Os três maiores grupos estrangeiros, British Petroleum, Anglo American e Brascan, investiram em pesquisa no Brasil durante todo o período em que estiveram no País, US\$ 330 milhões, segundo dados fornecidos pelas próprias empresas. Se estes números impressionam, certamente não é pelo grande volume de recursos estrangeiros no setor, mas pela falta deles. Explicações para a carência de investimentos em um País considerado como um dos cinco maiores em potencial geológico no mundo são muitas.

Segundo Cláudio Galeazzi, Vice-Presidente da BP, a falta de conhecimento técnico do subsolo brasileiro dificulta o aporte de capital, em pesquisa. Comparado ao Canadá, que recebe anualmente US\$ 1 bilhão, o Brasil ainda precisa investir substancialmente em tecnologia para obter um bom mapa geológico.

Mas para Francisco Fernandez, organizador do BP, “Quem é quem no subsolo brasileiro”, editado pelo CNPq, essa carência de recursos está ligada ao fato de que interessa aos grandes grupos de mineração “segurar” a área pesquisada e só produzir, em caso de descoberta, de acordo com seus interesses de mercado.

A British Petroleum, que emprega 2,5 mil trabalhadores, investiu nos últimos 10 anos US\$ 130 milhões em pesquisa e US\$ 70 milhões em lava. Mas apesar disso, Galeazzi informou que até o momento a empresa não teve qualquer lucro no Brasil.

Com a Anglo American a história é outra. Durante os 15 anos em que está no País, o grupo obteve um lucro superior a

US\$ 250 milhões, integralmente reinvestido no Brasil.

Os dados sobre investimentos no setor mineral são contraditórios em função do conceito de capital nacional. Para o DNPM a participação acionária determina a nacionalidade do grupo, ou seja, se uma empresa brasileira tiver 51% do capital de uma companhia ela é nacional.

Mas os critérios usados por Fernandez em seu livro (editado pelo próprio Governo), são diferentes: ele argumenta que a maioria aritmética não traduz necessariamente poder decisório, tanto que o BNDES negou financiamento à Mineração Rio do Norte, onde a Vale do Rio Doce tem participação majoritária, alegando que não era capital nacional.

Os investimentos em pesquisa e produção mineral, segundo levantamento mais recente do DNPM vêm caindo ano a ano, passando de US\$ 178 milhões, em 1982, para US\$ 102 milhões, em 83; US\$ 139 milhões, em 84; US\$ 100 milhões em 1985; US\$ 60 milhões em 1986. O DNPM ainda não tem nenhuma informação sobre o ano passado, mas as estimativas são de um resultado inferior ao de 86.

Pelos números do Instituto Brasileiro de Mineração, os investimentos em pesquisa em 87 chegam a US\$ 100 milhões. Já a revista “Minérios — Extração e Processamento”, calcula em US\$ 65 milhões os investimentos em pesquisa mineral no ano passado, assim divididos: 17 empresas nacionais e cinco empresas estrangeiras. As cinco empresas (Anglo, Western, Billiton, Marex e Inco) contribuíram com US\$ 18,4 milhões.